

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6726/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, aquisição, sob demanda de **MATERIAL INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO**, para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica/Coord. de Saúde Bucal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições de compras, bem como nas demais cláusulas presentes no Termo de Referência correlato.

ANEXO V (MODELO)

DECLARAÇÃO ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

_____, [denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu(sua) representante
legal o(a) Sr(a).

_____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e
inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA,
para fins do disposto no item _____ do Edital de _____ nº _____/____ e sob as penas da lei, atender
os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em
qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente
conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

DECLARA ainda que em atendimento ao disposto no Art. 4º, §2º, da Lei Federal 14.133/21, que no
ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos
valores somados extrapolam o receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como
empresa de pequeno porte de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Nova Friburgo, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

CONTADOR

(Nome, CPF e CRC)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.